

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.341 - SP (2019/0020482-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **GENERALI BRASIL SEGUROS S A**
ADVOGADOS : **JULLYANA CRUZ DE SOUZA E OUTRO(S) - SP354367**
 : **MARIA CAROLINA LEÃO DIOGENES MELO - SP403065**
AGRAVADO : **ORLANDO SOARES**
ADVOGADO : **RAFAEL CALUMBY RODRIGUES E OUTRO(S) - SP348121**
INTERES. : **RAPIDO MAXEXPRESS LTDA**
ADVOGADO : **CÉSAR MONTEIRO BOYA E OUTRO(S) - MG057597**

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto por GENERALI BRASIL SEGUROS S.A., contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 482):

APELAÇÃO – “AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO C/C LUCROS CESSANTES” - Nexo de causalidade entre o evento danoso (acidente) e parte dos pleitos perseguidos na exordial pelo autor- Lucros cessantes devidos somente entre o período de 19.09.2014 à 08.01.2015, em que o veículo ficou parado na oficina, para os devidos reparos- Falha na prestação de serviços da seguradora caracterizada- Evento danoso se deu em razão da conduta culposa do motorista da ré Maxespress- Desvalorização do veículo calculada em 30% do valor de mercado- Acolhimento- Ausência de avaliação divergente das corrés- Dano moral- Acolhimento- Pleito de majoração- Afastado- Condenação individual em danos morais- Afastado- Cerceamento de defesa- Afastado- Sentença de parcial procedência- RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS- RECURSO ADESIVO DO AUTOR DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração pela recorrente (fls. 489-491), foram rejeitados (fls. 500-505).

Nas razões do recurso especial (fls. 507-514), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 757 e 760, do Código Civil, sustentando que o pedido de dano moral não se encontra coberto pela apólice de seguro contratada entre a recorrente e o segurado.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 519-522.

É o relatório.

DECIDO.

2. De início, observa-se que as matérias previstas nos arts. 757 e 760, do Código Civil não foram objeto de debate no acórdão recorrido, nem nos embargos de declaração opostos. A falta do necessário prequestionamento inviabiliza o exame da alegada contrariedade ao dispositivo citado por este Tribunal, em sede de especial. Ao STJ cabe julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção constitucional, somente as

causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Incidência na espécie da Súmula 211/STJ. Há ressaltar que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração.

3. Além disso, ao analisar a demanda, a Corte de origem assentou (fls. 502-504) - *grifamos*:

De mais a mais, saliento que, nas razões do recurso de apelação interposto (fls.386) a ora Embargante exatamente no item "21", postula: " No entanto, eventualmente, caso assim não entendam V.Exas., o que apenas por argumento se admite, a Apelante requer a redução do absurdo valor fixado pelo Magistrado a quo, de R\$10.000,00 que se revela absolutamente desproporcional a eventual dano experimentado pelo Apelado". (copiado conforme o original)

[...]

No caso em tela, o que se verifica, além de uma tentativa da embargante em rediscutir a matéria anteriormente ventilada, um manifesto inconformismo com a decisão prolatada.

Neste sentido, se faz de suma importância destacar que a embargante, em suas razões de apelação (fls. 412/419), limitou-se a discutir o cabimento da indenização por danos morais e lucros cessantes, sendo que em momento algum suscitou as questões abordadas em sede de embargos de declaração. Confira-se:

"Assim, pelo exposto, a Generali requer a essa e. Câmara se digne a conhecer e dar provimento ao presente recurso para reformar integralmente a sentença, julgando-se improcedente a demanda, ou, eventualmente, a redução do absurdo valor fixado a título de danos morais e de lucros cessantes." (Nossos Grifos).

Dessa forma, tendo em vista que o recurso de apelação não suscitou a questão contratual referente à cobertura de indenização por danos morais, muito menos arguiu questões referentes à solidariedade na condenação, seria impossível para esta C. Turma apreciar tais questões sem incorrer em julgamento extra petita, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico.

Todavia, tais fundamentos autônomos e suficientes para a manutenção do acórdão recorrido não foram rebatidos pelo recorrente em seu apelo especial. Desse modo, verifica-se a falta de impugnação objetiva e direta ao fundamento central do acórdão recorrido nesse ponto, o que denota a deficiência da fundamentação recursal que se apegou a considerações meritórias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

